Sistema processual penal adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro e seus respectivos limites que regem a persecução penal

Criminal procedural system adopted by the Brazilian legal system and its respective limits governing criminal prosecution

Gabriel Pereira de Sousa¹
João Georgeton Barbosa da Silva²
João Gerado Nunes Rubelo³
Helton Laurindo Simoncelli⁴

RESUMO

Este artigo foi elaborado com o escopo de analisar-se os sistemas processuais penais existentes nos ordenamentos jurídicos, com suas respectivas características. Consequentemente, verifica-se a adoção pelo ordenamento jurídico brasileiro e das legislações alienígenas (estrangeiras), com seus reflexos na persecução penal, bem como os princípios aplicáveis, seja durante a fase preliminar (pré-processual), seja na fase processual, e os limites de atuação do Poder Judiciário, com o objetivo de garantir a sua imparcialidade.

Palavras-chave: Sistemas Processuais Penais; Sistema Inquisitivo; Sistema Acusatório; Sistema Misto.

ABSTRACT

This article was prepared with the scope of analyzing the criminal procedural systems existing in the legal systems, with their respective characteristics. Consequently, there is the adoption by the Brazilian legal system and the alien (foreign) legislation, with their consequences in the criminal prosecution, as well as the applicable principles, either during the preliminary (pre-procedural) phase, or in the procedural phase, and the limits of action of the Judiciary Power, with the objective of guaranteeing its impartiality.

Keywords: Criminal Procedural Systems; Inquisitive Systems; Accusatory Systems; Mixed Systems.

Introdução

Nos ordenamentos jurídicos, em geral, há 03 (três) sistemas processuais penais, que regulam a persecução penal, desde o cometido de uma infração penal

1 Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba

2 Prof. Mestre, Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba.

3 Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

4 Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

tida como típica, ilícita e culpável, até a prolação de eventual édito condenatório pelo magistrado natural. Assim, estes sistemas são o inquisitivo, acusatório e misto.

O estudo de cada modelo justifica-se, com o fim de analisar se eles asseguram ou não direitos e garantias aos investigados ou denunciados. O sistema inquisitivo é o mais restrito, cujas características são de Estados Autoritários. Por outro lado, o acusatório, atribui diversos direitos e garantias aos acusados em processos criminais, uma vez que o objetivo deste modelo é assegurar a imparcialidade do órgão julgador. Por fim, o último modelo, o misto, como a própria etiqueta traduz, nele há uma fusão dos dois pretéritos.

Não obstante esta análise, é imprescindível, também, verificar os princípios que se adequam a cada sistema, como, por exemplo, acima citado, no modelo acusatório, o seu escopo principal é assegurar a imparcialidade do magistrado natural, razão por que há perfeita correspondência do princípio da imparcialidade.

Por este motivo, faz-se necessário, do mesmo modo, verificar os limites de atuação do magistrado, em cada modelo, uma vez que é este a pessoa quem prolata a sentença, condenando ou absolvendo, o acusado, pois, conforme cediço, a consequência do processo penal é a mais severa de todos os ramos do direito, qual seja, a restrição do direito de locomoção.

Assim, justifica-se tal estudo, pois se trata a liberdade de ir e vir de um direito indisponível, motivo pelo qual se deve ter muita cautela durante a persecução penal.

Sistema inquisitivo

Sistema inquisitivo ou inquisitorial remonta a idade antiga, na época em que as Autoridades Públicas perpetravam inúmeros delitos, especialmente o de tortura, contra os investigados ou acusados, com o escopo de que estes confessassem a prática da infração penal. Obtida, assim, a confissão do cometimento do delito pelo acusado, por exemplo, haveria, conseqüentemente, a condenação dele, pois, neste modelo de persecução penal, regia o sistema da prova legal ou tarifada, uma vez que a confissão do réu era considerada a rainha das provas, não havendo, por consequência, nenhuma outra prova que refutasse a confissão do próprio acusado.

Por este motivo, o processo era sigiloso, a fim de que a sociedade não tivesse conhecimento destes delitos perpetrados. Logo, o acusado ostentava a característica de objeto de direito. No mais, a persecução penal era conduzida por um magistrado

inquisidor, isto é, neste havia a reunião das funções de acusar, defender e julgar. Assim, as atividades exercidas no processo eram de atribuição de uma única pessoa, denominada juiz inquisidor, motivo pelo qual, neste modelo, não há que se falar em princípio da imparcialidade, pois se a pessoa, que tem a tarefa de julgar, acusa, produzindo provas, conseqüentemente, tenderia ao édito condenatório.

Dissertando, de forma breve, as características do sistema inquisitório, Lima (2.020, p. 43),

Em síntese, podemos afirmar que o sistema inquisitorial é um sistema rigoroso, secreto, que adota ilimitadamente a tortura como meio de atingir o esclarecimento dos fatos e de concretizar a finalidade do processo penal. Nele, não há falar em contraditório, pois as funções de acusar, defender e julgar estão reunidas nas mãos do juiz inquisidor, sendo o acusado considerado mero objeto do processo, e não sujeito de direitos. O magistrado, chamado de inquisidor, era a figura do acusador e do juiz ao mesmo tempo, possuindo amplos poderes de investigação e de produção de provas, seja na fase investigatória, seja durante a instrução processual.

Em razão destas características, verifica-se que este sistema é incompatível com a ordem jurídica brasileira, pois a Constituição Federal (BRASIL, 1.988), assegura diversos direitos e garantias aos investigados e acusados na persecução penal.

Sistema acusatório

Por sua vez, o modelo acusatório é totalmente distinto do pretérito – inquisitivo –, pois neste, conforme citado acima, as funções são exercidas por uma única pessoa, denominada juiz inquisidor, ao passo que aquele (acusatório) há as 03 (três) funções exercidas por pessoas distintas. Assim, a acusação, defesa e o órgão julgador são pessoas diferentes, perfazendo-se, deste modo, o triângulo processual.

O modelo em tela visa resguardar o princípio da imparcialidade do órgão julgador, razão pela qual o magistrado é uma pessoa distinta das demais, em que assume uma posição equidistante, vedando-se, de forma direta ou indiretamente, qualquer postura que prejudique ou beneficie qualquer das partes, seja a acusação ou defesa, sob pena, inclusive, de violação ao princípio da isonomia.

Por este motivo, o processo é democrático, motivo pelo qual, em regra, é público, ostentando a sociedade fiscalizar os atos processuais, com o escopo de obstar práticas arbitrárias, como no sistema inquisitivo acontecia.

Nesse sentido, o acusado possui direitos e garantias, razão por que é considerado sujeito de direitos e, conseqüentemente, não se admite mais torturas contra ele, pois não há espaço para a prova tarifada ou certeza moral do legislador, mas se adota, a partir do modelo em tela, a persuasão racional, em que as provas possuem o mesmo valor. Repudia-se, assim, a confissão como rainha das provas.

Nesta senda, de forma concisa, Lopes Júnior (2.020, p. 57-58), cita as características do modelo em tela,

a) clara distinção entre as atividades de acusar e julgar; b) a iniciativa probatória deve ser das partes (decorrência lógica da distinção entre as atividades); c) mantém-se o juiz como um terceiro imparcial, alheio a labor de investigação e passivo no que se refere à coleta da prova, tanto de imputação como de descargo; d) tratamento igualitário das partes (igualdade de oportunidades no processo); e) procedimento é em regra oral (ou predominantemente); f) plena publicidade de todo o procedimento (ou de sua maior parte); g) contraditório e possibilidade de resistência (defesa); h) ausência de uma tarifa probatória, sustentando-se a sentença pelo livre convencimento motivado do órgão jurisdicional; i) instituição, atendendo a critérios de segurança jurídica (e da social) da coisa julgada; j) possibilidade de impugnar as decisões e o duplo grau de jurisdição.

Destarte, considerando estas características expostas, verifica-se que o ordenamento jurídico brasileiro adotou o sistema acusatório, pois a Constituição Federal (BRASIL, 1.988), em seu artigo 129, inciso I, atribuiu ao Ministério Público a titularidade do direito de ação, nos crimes em que se processam mediante ação penal de iniciativa pública, seja condicionada à representação da vítima, seja mediante requisição do Ministro da Justiça ou incondicionada.

Ademais, o Código de Processo Penal (BRASIL, 1.941), com o advento da Lei 13.964/19, passou a prever a adoção, de forma expressa, do modelo acusatório, em seu artigo 3-A. Contudo, não obstante esta inserção no Diploma Instrumental, tal dispositivo encontra-se suspenso por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Sistema misto

O sistema misto, conforme a própria etiqueta estabelece, é uma reunião dos sistemas anteriores – inquisitivo e acusatório-, pois há duas fases distintas, sendo a primeira, ostentando características do sistema inquisitório e, a segunda, por sua vez, possuindo aspectos do modelo acusatório.

Nesta primeira etapa da persecução penal, de cunho inquisitorial, não há uma acusação propriamente dita, razão por que não há direitos e garantias assegurados ao investigado, pois se trata de fase preliminar (pré-processual), objetivando, precipuamente, a colheita de elementos informativos, visando municiar o titular da ação penal. Justifica-se, assim, o sigilo dos atos estatais.

Por sua vez, na segunda fase da persecução criminal, de natureza acusatória, o denunciado ostenta direitos e garantias, haja vista que, a partir desta etapa, há processo deflagrado contra ele. Assim, ao réu é garantido o direito a defesa técnica e o processo é público.

Nesse sentido, mais uma vez, Lima (2.020, p. 45), sintetiza,

É chamado de sistema misto porquanto abrange duas fases processuais distintas: a primeira fase é tipicamente inquisitorial, destituída de publicidade e ampla defesa, com instrução escrita e secreta, sem acusação e, por isso, sem contraditório. Sob o comando do juiz, são realizadas uma investigação preliminar e uma instrução probatória, objetivando-se apurar a materialidade e a autoria do fato delituoso. Na segunda fase, de caráter acusatório, o órgão acusador apresenta a acusação, o réu se defende e o juiz julga, vigorando, em regra, a publicidade, a oralidade, a isonomia processual e o direito de manifestar-se a defesa depois da acusação.

Partindo-se, então, destas características, verifica-se que o arcabouço normativo brasileiro não adotou o modelo misto, pois, conforme mencionado, a própria Constituição Federal (BRASIL, 1.988), outorgou ao Ministério Público a titularidade do direito de ação penal pública, bem como a legislação infraconstitucional por meio do Código de Processo Penal (BRASIL, 1.941), não obstante o dispositivo do Diploma Processual esteja suspenso.

Princípio da inércia da jurisdição

O princípio da inércia da jurisdição, também denominado de *ne procedat iudex ex officio*⁵ ou iniciativa das partes, tal postulado, conforme a própria etiqueta estabelece e seus sinônimos que, o processo será iniciado mediante a iniciativa da parte, ou seja, é atribuição da acusação deflagrar a persecução criminal, em sua esfera judicial, com o escopo de o Estado-juiz exercer o *Ius puniendi*⁶.

⁵ *Ne procedat iudex ex officio* – Inércia judicial

⁶ *Ius puniendi* – Direito de punir do Estado

Assim, é vedado ao magistrado iniciar uma demanda judicial, de ofício, sob pena de violação a tais preceitos e, principalmente, ao sistema acusatório.

Ademais, considerando que o arcabouço jurídico brasileiro adotou o modelo acusatório, veda-se, nesta toada, juízes iniciarem processos, de ofício.

Nesse sentido, é a lição de Lima (2.020, p. 320),

A partir do momento em que a Constituição Federal adota o sistema acusatório (CF, art. 129, I), determinando que o órgão da acusação seja distinto do órgão jurisdicional, não mais poderá o juiz dar início a um processo de ofício, sendo-lhe vedado o exercício de ação. É esse o significado do princípio ne procedat iudex ex officio, também conhecido como princípio da iniciativa das partes ou do nullum iudicio sine actore.

Destarte, por estes motivos, a doutrina majoritária e a jurisprudência fixaram o entendimento de que o artigo 26, do Código de Processo penal (BRASIL, 1.941), é inconstitucional, dispositivo este que trata do processo judicialiforme.

Tratava-se o processo judicialiforme de que, em se tratando de contravenções penais, por exemplo, praticadas por determinado investigado, a marcha processual poderia ser deflagrada mediante início da própria autoridade judicial competente ou por meio de uma portaria expedida pela autoridade policial.

Assim, em razão de haver a supressão da atribuição do titular da ação penal, que compete dar início ao processo, justificou-se pela sua não recepção pela nova ordem constitucional, pois tal dispositivo é anterior a 1.988, data da promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1.988).

Explicando, mais uma vez, Lima (2.020, p. 320),

Até o advento da Constituição Federal de 1988, era possível que o órgão jurisdicional desse início a um processo penal condenatório de ofício (processo judicialiforme). Era o que ocorria nas hipóteses estabelecidas na Lei n° 4.611/65 (crimes culposos de lesão corporal ou de homicídio) e nos casos de contravenções penais: vide arts. 26 e 531 (o art. 531 teve sua redação alterada pela Lei n° 11.719/08). Consistia o processo judicialiforme, assim, na possibilidade de se dar início a um processo penal através de um auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade policial ou judiciária, daí por que era denominado de ação penal ex officio (sem provocação). Com a outorga da titularidade da ação penal pública ao Ministério Público pela Constituição Federal, doutrina e jurisprudência já eram uníssonas em apontar que os arts. 26 e 531 (em sua redação original) não haviam sido recepcionados pela Carta Magna de 1988.

Ademais, não obstante, ainda, estar previsto de forma expressa o dispositivo acima mencionado, ele não tem aplicação pelos motivos expostos.

Princípio da imparcialidade do magistrado

Considerando que o arcabouço jurídico brasileiro adotou o sistema acusatório, conforme mencionado, o postulado em tela, trata-se de desdobramento lógico deste modelo adotado (acusatório), com o escopo de coibir a condução da marcha processual por magistrados vinculados psicologicamente com a causa, seja para condenar, seja para absolver, por motivos afetos, interno ao processo, bem como por externos, tais como vínculos familiares, amizades e inimizades.

Assim, por este motivo, deve o magistrado ser um terceiro imparcial, equidistante das partes. Justifica-se, desse modo, a outorga dos benefícios atribuídos a cada um deles, juízes, previstos no artigo 95, incisos I, II e III, da Constituição Federal (BRASIL, 1.988), quais sejam, a vitaliciedade no cargo, inamovibilidade e irredutibilidade do subsídio.

Consequentemente, em razão destas benesses outorgadas aos magistrados, eles devem conduzir o feito, de forma justa, sem qualquer ato que prejudique ou beneficie as partes em detrimento da outra, quando se tratar de casos em que sua imparcialidade resta violada.

Apesar deste dever imposto a eles – magistrados – de se absterem na condução de processos em que uma das partes – acusação ou defesa – seja, por exemplo, seu filho, o arcabouço jurídico criou hipóteses de impedimentos e suspeição, devendo, nesses casos, quando ocorrer uma de tais circunstâncias se declarar impedido ou suspeito, de ofício.

No entanto, caso o magistrado permanecer inerte (sem manifestar-se), o ordenamento jurídico assegura aos interessados meios de impugnação, haja vista que, nessas hipóteses, o processo será injusto em seu resultado final.

Dissertando acerca do tema, Távora e Alencar (2.016, p. 47),

A CF/88 confere ao magistrado as garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios (art. 95) para que ele possa atuar com isenção – o que inclui declarar-se suspeito ou impedido. De todo modo, caso não reconheça a situação de imparcialidade, o juiz interessado deve ser recusado, e os permissivos legais para tanto se encontram no art. 254 do CPP (hipóteses de suspeição) e no art. 252 (hipóteses de impedimento).

Destarte, verifica-se que o sistema acusatório preserva a imparcialidade do magistrado, a fim de realizar um julgamento justo.

Princípio da isonomia

O postulado em tela ou, conforme etiqueta parcela da doutrina, paridade de armas, é o princípio no qual, no processo penal, as partes – acusação e defesa – devem ter os mesmos tratamentos, sob pena de violar o preceito em comento que conta com assento constitucional.

Contudo, tal princípio não é absoluto, pois há inúmeros benefícios que ostentam os acusados, uma vez que o Estado, detentor do monopólio de aplicar a reprimenda estatal, possui em seu favor diversos aparatos, tais como as autoridades policiais que investigam, o Ministério Público que oferece a peça acusatória deflagrando o processo criminal, por exemplo.

Assim, em razão da supremacia do Estado sobre o acusado, o ordenamento jurídico atribui a este diversos direitos e garantias, tais como a aplicação do *favor rei*⁷ que, quando o magistrado estiver em dúvidas acerca de ter sido o réu o suposto autor da prática delitiva, deve absolvê-lo; recursos privativos em favor do acusado; meios de impugnação da coisa julgada material em favor do sentenciado condenado, que, no caso, é a revisão criminal.

Nesse sentido, dissertando sobre as exceções do princípio da isonomia em favor do acusado, Lima (2.020, p. 717),

Esses mecanismos, que compõem um conjunto de privilégios processuais estabelecidos em favor do acusado, dando ensejo ao denominado favor rei ou favor libertatis, justificam-se exatamente pela situação inicial de desigualdade que coloca o acusado em posição inferior àquela ocupada pela acusação. Portanto, são plenamente constitucionais à luz do princípio da isonomia porque objetivam conferir tratamento desigual aos desiguais para que se atinja a verdadeira igualdade. São diversos os exemplos de mecanismos postos à disposição exclusiva da defesa na busca de equilibrar os pratos da balança com a acusação: recursos privativos da defesa, como os embargos infringentes; regras de interpretação da prova do in dubio pro reu; absolvição por falta de provas; proibição da reformatio in pejus; revisão criminal exclusivamente pro reu, etc.

⁷ *Favor rei* – Em favor do réu

Destarte, na busca da igualdade material ou substancial, justifica-se a mitigação do postulado em tela.

Iniciativa probatória judicial na fase pré-processual

Diante da adoção do sistema acusatório pelo arcabouço jurídico brasileiro, um tema que enseja controvérsia é acerca da admissão ou não do magistrado produzir provas, de ofício, na fase de investigação.

Isso porque, conforme é cediço, na etapa preliminar, há apenas a colheita de elementos informativos, visando municiar o titular da ação penal, com o escopo de deflagrar o processo criminal.

Por este motivo, considerando que, nesta fase da persecução criminal, o objetivo é convencer o titular da ação penal acerca da propositura ou não da exordial acusatória, verifica-se que, nessas hipóteses, se o magistrado passar a atuar, produzindo provas, restará violada a sua imparcialidade, pois estará suprimindo a atribuição do órgão acusador, sobrepondo-o, violando o sistema acusatório e, conseqüentemente, tenderá ao édito condenatório.

Ademais, no Código de Processo Penal (BRASIL, 1.941), foi inserido o artigo 3-A, vedando a atuação probatória do magistrado, na fase investigatória, de ofício. Contudo, tal dispositivo encontra-se suspenso por decisão do Supremo Tribunal Federal por estar integrado na parte do Juiz das Garantias, parte esta que deu origem a suspensão do dispositivo em comento.

Assim, nesse sentido, vedando a atuação probatória judicial, de ofício, na fase investigatória, Lima (2.020, p. 107),

O que não se deve lhe permitir, nessa fase preliminar, é uma atuação de ofício. E isso porque, pelo simples fato de ser humano, não há como negar que, após realizar diligências de ofício na fase investigatória, fique o juiz das garantias envolvido psicologicamente com a causa, colocando-se em posição propensa a decidir favoravelmente a ela, com grave prejuízo a sua imparcialidade. A partir do momento em que uma mesma pessoa concentra as funções de investigar e colher as provas, estará comprometido a priori com a tese da culpabilidade do acusado. Com efeito, se o magistrado tomou a iniciativa de determinar, de ofício, a realização de um ato investigatório, mesmo antes do início do processo penal, já indica, por si só, estar ele procurando uma confirmação para alguma hipótese sobre os fatos, é dizer, estar ele se deslocando daquela posição de imparcialidade decorrente da sua posição de terceiro para uma posição parcial, não mais alheia aos interesses da acusação ou da defesa.

Destarte, verifica-se que, caso o magistrado atuar produzindo provas, de ofício, antes de iniciado o processo criminal, além de estar prejudicada a sua imparcialidade, estará violado, também, o sistema acusatório.

Iniciativa probatória judicial na fase processual

Considerando que a persecução penal tem, pelo menos, duas fases, sendo a primeira, de cunho investigatório, em que o magistrado é vedado atuar realizando provas, de ofício; e a segunda, por sua vez, em que há processo deflagrado contra o denunciado com os direitos e garantias asseguradas a ele – denunciado-, questiona-se se é ou não admitido ao magistrado, nesta etapa, produzir provas, de ofício.

Assim, no processo criminal, por ser o ramo do direito em que a consequência jurídica é a mais severa de todos, qual seja, a restrição, de forma temporária, do direito de ir e vir, admite-se ao juiz produzir provas, de ofício.

Isso porque, juiz ativo não é considerado juiz parcial, diferentemente da fase preliminar em que não há processo iniciado, mas colheita de elementos informativos, vedando a atuação dele, pois o magistrado é quem irá proferir o édito condenatório ou absolutório na fase processual.

Conseqüentemente, se o magistrado cometer um erro na dosagem probatória, pode ocasionar grave violação ao acusado, pois o direito de ir e vir é um dos bens jurídicos mais relevantes do indivíduo, contando, inclusive, com assento constitucional.

Destarte, justifica-se a ele – juiz - produzir provas, com o escopo de sanar dúvidas, a fim de evitar eventual indevida restrição à liberdade ambulatorial do acusado.

Então, este, dentre vários motivos, admite-se ao juiz realizar provas, de ofício, na fase processual.

Explicando e acrescentando, Lima (2.020, p. 110),

Por outro lado, se o juiz está na dúvida sobre um fato e sabe que a realização de uma prova poderia eliminar sua incerteza e não determina sua produção, aí sim estará sendo parcial, porque sabe que, ao final, sua abstenção irá beneficiar a parte contrária àqueles a quem incumbirá o ônus daquela prova. Juiz ativo não é sinônimo de juiz parcial. É equivocado confundir neutralidade ou passividade com imparcialidade. Um juiz ativo não é parcial, mas apenas um juiz atento aos fins sociais do processo, e que busca exercer sua função de forma a dar ao jurisdicionado a melhor prestação jurisdicional.

Ademais, com o fim de admitir-se a atuação judicial, de ofício, no processo criminal, vale lembrar que o Código de Processo Civil (BRASIL, 2.015), permite a ele – magistrado – produzir provas, de ofício.

Assim, considerando que o processo civil versa, em regra, sobre direitos disponíveis e admite ao juiz produzir provas, de ofício, não há como negar a atuação do magistrado no processo criminal, pois se trata de ramo, cuja consequência acarreta a restrição do direito de ir e vir.

Não obstante ser assegurado ao juiz realizar provas, de ofício, no processo criminal, esta sua atuação deve ser subsidiária em relação as partes, não podendo o magistrado sobrepô-las.

Conclusão

Conclui-se, que o sistema processual penal adotado pelo arcabouço normativo brasileiro é o acusatório, uma vez que as suas características se amoldam com as normas previstas, seja na Constituição Federal (BRASIL, 1.988), seja na legislação infraconstitucional.

Isso porque, veda-se ao magistrado atuar, de ofício, na fase preliminar, em obediência ao princípio da imparcialidade, deixando esta etapa a cargo da autoridade policial e ao titular da ação penal.

De mais a mais, o processo, por sua vez, é público, atribuindo, conseqüentemente, à sociedade a fiscalização dos atos processuais, evitando a prática de arbitrariedades pelo Poder Público.

Denota-se, por este motivo, que o ordenamento jurídico brasileiro ostenta características distintas do inquisitivo, razão pela qual se adotou o modelo acusatório.

Ademais, não obstante a adoção deste modelo, admite-se ao magistrado atuar, de ofício, na fase processual, pois ele é o destinatário final do processo e, uma vez necessitando de produzir provas, pode realiza-las, desde que subsidiariamente em relação às partes e não usurpa suas funções.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Artigos do Código de Processo Civil de 2015. **Vade mecum**. Obra coletiva e autoria da Editora Rideel com organização de Anne Joyce Angher. 28ª ed. São Paulo: Rideel, 2.019.

____. Artigos do Código de Processo Penal. **Vade mecum**. Autoria da Editora Rideel com organização de Nidal Ahmad. 6ª ed. São Paulo: Rideel, 2021.

____. Artigos da Constituição Federal de 1988. **Vade mecum**. Obra coletiva e autoria da Editora Rideel com organização de Anne Joyce Angher. 28ª ed. São Paulo: Rideel, 2.019.

LIMA, Renato B.. **Manual de processo penal volume único**. 8ª. ed. Salvador: JusPodivm, 2.020.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 17ª. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2.020.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar R.. **Curso de direito processual penal**. 11ª ed. Salvador – Bahia: JusPodivm, 2016.